

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
ESCOLA MARECHAL CASTELLO BRANCO

Cel Inf **MAGNO PAIVA DUARTE**

**OS DESAFIOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO
NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO POLARIZADO**



Rio de Janeiro
2021

Cel Inf **MAGNO** PAIVA DUARTE

OS DESAFIOS DO EXÉRCITO BRASILEIRO NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO POLARIZADO

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para a matrícula no Programa de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar.

Orientador: Cel Art R1 Fernando Luiz Velasco Gomes

Rio de Janeiro 2021

D818d Duarte, Magno Paiva

Os desafios do Exército Brasileiro no atual cenário político polarizado. / Magno Paiva Duarte. - 2021.

37 f. : il. ; 30 cm.

Orientação: Fernando Luiz Velasco Gomes.

Policy Paper (Especialização em Política, Estratégia e Alta Administração Militar) - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, 2021.

Bibliografia: f. 35-37.

1. POLÍTICA. 2. POLARIZAÇÃO. 3. CONSTITUIÇÃO.
4. EXÉRCITO. 5. DESAFIOS. I. Título

CDD 355

Cel Inf **MAGNO** PAIVA DUARTE

Os desafios do Exército Brasileiro no atual cenário político polarizado

Policy Paper apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, como pré-requisito para a matrícula no Programa de Pós-graduação *lato sensu* em Ciências Militares, com ênfase em Política, Estratégia e Administração Militar.

Aprovado em _____ de _____ de 2021.

COMISSÃO AVALIADORA

Fernando Luiz **Velasco** Gomes - Cel Art R1 - Presidente
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rogério de Amorim Gonçalves - Cel Art R1 - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Márcio Tomaz de **Aquino** - Cel Eng R1 - Membro
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Rio de Janeiro
2021

“O maior castigo para aqueles que não se interessam por política é que serão governados pelos que se interessam” (Arnold Toynbee).

SUMÁRIO EXECUTIVO

O cenário político nada mais é que entender as relações políticas e de poder do país e as necessidades de adequar o ambiente de trabalho, nesse caso, o Exército Brasileiro, foco a ser analisado, no cumprimento de sua missão institucional, estabelecida na Constituição Federal de 1988, e no atendimento das demandas da sociedade. Nesse contexto, as eleições de 2018 caracterizou-se por uma alternância política da esquerda para a direita, em consequência do “impeachment” e da condenação a ex-Presidente Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), em 2016, por crimes de responsabilidade por pedaladas fiscais e por créditos suplementares sem autorização legislativa. Após 13 anos, de 2011 a 2016, a esquerda sai de cena e abriu caminho para a direita, permitindo a eleição à época de Jair Messias Bolsonaro, atual Presidente da República, um capitão reformado do Exército, conservador, pautado pelos valores cristãos e familiares. As implicações da polarização política entre a esquerda e a direita se rivalizaram quando ambas as partes optaram pelas ofensas e ataques agressivos desde o processo eleitoral, utilizando-se da disseminação de notícias falsas, denominadas “fake news”, nas redes sociais e nos demais meios de comunicação tradicional, como os programas de televisão e rádio, ao invés de buscarem o diálogo sério, responsável e construtivo, o que tudo indica que se agravará nas próximas eleições. Sendo assim, a divergências geradas entre esquerda e direita, e seus reflexos para os militares, em especial do Exército Brasileiro, a partir do momento que ambos extrapolarem o campo democrático, serão analisados, a fim de avaliar consequências da atual conjuntura político para a Instituição, principalmente no que tange a permeabilidade dos militares nos Poderes Constitucionais e no preparo e emprego da Força Terrestre, principalmente em curto prazo nas Operações de Garantia da Votação e Apuração, previstas para ocorrer em 2022. Nesse cenário, o presente “Policy Paper” tem por finalidade analisar os desafios do Exército Brasileiro no atual cenário político polarizado, destacando a participação dos militares no governo, como também o atendimento institucional ao cumprimento da garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem.

Palavras-chave: 1. Política. 2. Polarização. 3. Constituição. 4. Exército. 5. Desafios.

EXECUTIVE SUMMARY

The political scenario is nothing more than understanding the country's political and power relations and the needs to adapt the work environment, in this case, the Brazilian Army, a focus to be analyzed, in the fulfillment of its institutional mission, established in the Federal Constitution of 1988, and in meeting the demands of society. In this context, the 2018 elections were characterized by a political shift from left to right, because of the impeachment and the condemnation of former President Dilma Rousseff, of the Workers' Party (PT), in 2016, for crimes of responsibility for tax rides and supplementary credits without legislative authorization. After 13 years, from 2011 to 2016, the left leaves the scene and paved the way to the right, allowing the election at the time of Jair Messias Bolsonaro, current President of the Republic, a retired Army captain, conservative, guided by Christian and family values. The implications of political polarization between the left and the right were rivaled when both parties opted for aggressive offenses and attacks since the electoral process, using the dissemination of false news, called fake news, on social networks and other media of traditional communication, such as television and radio programs, instead of seeking serious, responsible, and constructive dialogue, which indicates that it will worsen in the next elections. Thus, the divergences generated between left and right, and their repercussions for the military, especially the Brazilian Army, from the moment that both extrapolate the democratic field, will be analyzed in order to assess the consequences of the current situation political for the Institution, mainly with regard to the permeability of the military in the Constitutional Powers and in the preparation and use of the Land Force, especially in the short term in the Voting Assurance and Verification Operations, scheduled to take place in 2022. In this scenario, the purpose of this Policy Paper is to analyze the challenges of the Brazilian Army in the current polarized political scenario, highlighting the participation of the military in the government, as well as the institutional assistance to fulfill the guarantee of constitutional powers and law and order.

Keywords: 1. Politics. 2. Polarization. 3. Constitution. 4. Army. 5. Challenges.

1 INTRODUÇÃO

O cenário político nada mais é que entender as relações políticas e de poder do país e as necessidades de adequar ao ambiente de trabalho, e nesse caso, a missão do Exército Brasileiro orientada, primordialmente, pela Constituição Federal e pela Lei Complementar nº 97, de 9/7/1999, que estabelece as normas gerais adotadas na organização, no preparo e no emprego das Forças Armadas, a fim de contemplar a defesa da Pátria, a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, a lei e a ordem.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro, instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, com a missão de garantia da votação e apuração nas eleições de 2018, vivenciou a alternância do sistema político, materializado pela saída da esquerda, liderados pelo Partido dos Trabalhadores (PT), por consequência de um processo de degradação política iniciado desde 2016 com o “impeachment” e a condenação da ex-Presidente Dilma Rousseff, por crimes de responsabilidade por pedaladas fiscais e por créditos suplementares sem autorização legislativa, e a entrada da direita, pela vitória do candidato eleito Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), interrompendo uma série de vitórias do PT.

Após 13 anos, a esquerda, representados pelo ex-Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, de 2003 a 2011, e Dilma Rousseff, de 2011 a 2016, sai de cena e abre espaço para a assunção ao poder do atual Presidente Jair Bolsonaro, um representante autêntico da direita, conservador, adepto aos princípios cristão e familiares e com o lema “Brasil acima de tudo! Deus acima de todos!”.

A alternância política leva o país a polarização política, principalmente após o Presidente eleito ocupar as suas carteiras ministeriais com a presença de militares, em particular oficiais gerais do Exército Brasileiro, grande parte deles já na reserva remunerada, agravando a polarização política entre apoiadores da nova causa contra os derrotados da esquerda.

Por essas razões, esta análise busca demonstrar como a ausência de discursos objetivos, coerentes e coesos nos atos políticos acabam por gerar discordância e negam, muito das vezes, o diálogo entre uma parte e outra. Esses atos tornam se a base de inúmeros debates conflituosos com vieses partidários e ideológicos na sociedade brasileira.

Em virtude disso, surge o principal objetivo do trabalho, delineado na linha mestra de analisar os desafios do Exército Brasileiro no atual cenário político polarizado, destacando a participação dos militares no governo, como também o atendimento institucional ao cumprimento da garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem.

2 METODOLOGIA

Este artigo possui enfoque qualitativo e foi realizado mediante pesquisa bibliográfica, com a leitura de livros de referência que versam sobre legislação, política, Forças Armadas e Exército Brasileiro, e documental, através do apoio em registro e organização de dados extraídos de fontes impressas e digitais, entre outros diplomas legais, bem como a artigos de websites, revistas e periódicos especializados no tema, a fim de proporcionar uma análise objetiva dos exercícios operacionais, à luz do referencial teórico.

A partir do tema, advém a questão “de que forma a atual polarização política no Brasil pode interferir na missão constitucional das Forças Armadas, em especial o Exército Brasileiro, em relação à garantia dos poderes e da lei e da ordem, problema de pesquisa deste trabalho.

Para o intento, a estruturação metodológica empregada se norteará pelas técnicas e métodos de pesquisas descritas pelos seguintes autores e obras literárias:

- Antônio Carlos Gil, autor dos livros intitulados “Como elaborar projetos de pesquisa” e “Métodos e técnicas de pesquisa social”;
- Robert k. Yin, autor do livro intitulado “Pesquisa qualitativa do início ao fim”;
- Carlos Sabino, autor do livro intitulado “O processo de Investigação”; e
- Roberto Hernández Sampieri, Carlos Fernández Collado e Pilar Baptista Lucio, autores do livro intitulado “Metodologia da Investigação”.

Tecnicamente, a busca pelas respostas à pergunta inicia-se do estudo do contexto atual, através da exploração de informações obtidas pelo processo clássico de pesquisa básica, denominada também de pura ou fundamental, em relação a missão constitucional das Forças Armadas, o estado de polarização política e suas consequências para as Forças Armadas, em especial ao Exército Brasileiro, escopo do projeto, os quais serão fundamentais para delinear o raciocínio que conduzirá aos prováveis obstáculos que poderão advir nos próximos eventos da política nacional.

Devido à amplitude característica do tema, adotar-se-á o tipo de desenho de investigação não experimental, pois não serão manipuladas variáveis no desenvolvimento do tema. Dessa forma, a dimensão temporal da pesquisa se valerá por ser transversal, com alcance retrospectivo, pois transitará o período da Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, até 2022, ano da próxima eleição

presidencial, possibilitando a abrangência e o aprofundamento necessários e possíveis para produzir o resultado esperado.

Como observação relevante, o resultado da coleta e análise das informações será dado um tratamento qualitativo, direcionado para o raciocínio dedutivo, de assuntos gerais para particulares. Consequentemente, quanto aos procedimentos e aos objetivos, respectivamente, a pesquisa mais apropriada para a exposição dos assuntos será explicativa, mediante relações de causa-efeito, e documental, a partir de material que não recebeu tratamento analítico, através de registro extraídos de fontes impressas e digitais.

Ao final do trabalho buscar-se-á apresentar resultados que corroborem com o entendimento do momento político atual e seus reflexos internos e externos para Exército Brasileiro, permitindo um debate técnico e científico, em torno das questões políticas e institucionais, como também recomendações ou propostas de orientação futura.

3. REVISÃO LITERÁRIA

A literatura sobre o determinante tema nacional é vasta. Este trabalho visa contribuir e dialogar com parte da literatura brasileira sobre os desafios do Exército Brasileiro no atual cenário político polarizado, que tem o ambiente institucional na área política e militar características maternas como principal plano de fundo, e com a literatura nacional, em especial com a discussão dos aspectos ideológicos, trazendo evidências do contexto brasileiro.

O ponto de partida para o desenvolvimento do trabalho se dará pelo entendimento da missão constitucional das Forças Armadas, cerne norteadora institucional que baliza o “modus operandi” da delegação da força estabelecida na **Constituição Federal**, conforme estabelece o caput do artigo 142 com a seguinte redação:

"As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem". (BRASIL, 1988, Art. 142)

Posteriormente, ao analisar o Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, pelo Ten Cel José Roberto de Vasconcellos Cruz, como requisito parcial a obtenção do título de especialista em Ciências Militares, com ênfase em Defesa Nacional, com a temática “Impactos para o Exército Brasileiro ante a guinada à direita no Brasil, pós eleições de 2018”, desdobra-se em apresentar o desgaste da esquerda política, a insatisfação popular com seus representantes e as medidas por estes adotadas, durante o seu período de governança de 13 anos, resultando na procura pela oposição, como forma de promover uma possível mudança dos rumos da nação.

Dessa forma, após a primeira década do século XXI pender para a “esquerda”, a segunda metade da segunda década direcionou a uma “mudança para a direita”, onde a população, desejosa de novos rumos para os destinos do país, indicou um governo de conservador de direita para assinalar os destinos da nação, materializado

nas eleições de 2018 pela vitória do candidato eleito Jair Messias Bolsonaro. Em paralelo, o autor apresenta a indissociável ligação do presidente eleito com os militares, materializado com um aumento no número de assessores, diretos ou indiretos no seu governo, gerando reflexos ante a direcionamento para à direita, buscando atingir seu objetivo proposto, os principais reflexos para o Exército Brasileiro ante a “guinada à direita” ocorrida no Brasil pós eleições de 2018.

Duas obras literária são adicionadas ao tema, a fim de contribuir com a análise da evolução da polarização política brasileira, aliado ao emprego das Forças Armadas, em especial do Exército Brasileiro, como Instituição neutra, moderadora e guardiã do sistema democrático.

A primeira obra literária intitulada “a eleição disruptiva: por que Bolsonaro venceu” trata da eleição presidencial de 2018, um marco na política brasileira, que culminou com a vitória de Jair Bolsonaro. Eleição ganha por um candidato que, de acordo com os analistas de plantão de dos líderes políticos à época, tinha poucas chances de vencer. Teve-se também a quebra do longo ciclo político nacional dominado pela rivalidade entre o PT e o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), partidos de posição ideológica distintas, sendo um de esquerda progressista e outro de direita conservadora, respectivamente. (“Direita ou esquerda? Análise de votações indica posição de partidos brasileiros no espectro ideológico - BBC News Brasil”, [S.d.]

O livro, os autores, Maurício Moura e Juliano Corbellini explicam o resultado das urnas com clareza, por meio de questionamentos importantes à época no tocante quais eram os principais anseios dos eleitores e quais eram o nível de informações dos eleitores. A literatura desvenda o paradoxo da eleição de Bolsonaro apesar da falta de recursos e apoio, e também evidência porque os autores estavam no grupo bastante restrito que enxergava a vitória do candidato muito antes da eleição começar.

A segunda obra literária intitulada “o Brasil dobrou à direita: uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018”, escrita por Jairo Nicolau, apresenta uma análise das eleições de 2018, a partir do comparativo de dados e gráficos estatísticos que enriquecem à leitura e o entendimento, permeando as indagações sobre o perfil dos eleitores de Jair Bolsonaro, os segmentos sociais fazem parte, nível de escolaridade, idade, gênero e religião, resumindo, quem votou em Bolsonaro, respondendo o que levou o país a uma radical guinada à direita.

Após a análise das obras literárias, fundamentais para o entendimento inicial da polarização e a permeabilidade dos militares no cenário político, será dado um foco

nas publicações sobre o assunto apresentadas na rede mundial de computadores, a fim de selecionar temas relevantes, polêmicos e consolidar os dados necessários para a análise proposta.

Deste modo, iniciamos os artigos publicados na internet com as matérias intituladas “direita ou esquerda? Análise de votações indica posição de partidos brasileiros no espectro ideológico”, de André Shalders, publicado em 11 de setembro de 2017; “entendendo o Brasil atual – polarização, guerras culturais e antipetismo¹”, de Esther Solano Gallego, publicado em julho de 2018; “a polarização política no Brasil: as suas principais causas e consequências no posicionamento social da população brasileira”, de Edson E. Carvalho, publicado em 8 de agosto de 2019; “os militares no governo Bolsonaro”, do deputado federal pelo PT-SP Alencar Santana, publicado em 17 de julho de 2020; e “o que é polarização e por que é prejudicial à democracia?”, de Luiz Andreassa, publicado em 30 de julho de 2020. Todas em ordem cronológica, a fim de nortear o leitor sobre o escalonamento das tensões ideológicas e políticas, aliado ao bom relacionamento dos militares com Presidente, o que vem permitindo a ocupação de cargos públicos por estes e consequentemente avaliações positivas e negativas, uma vez que o estado democrático de direito permite vários pontos de vistas, principalmente até que ponto isso possa interferir diretamente na sociedade e no estamento militar, em especial o Exército Brasileiro.

Para finalizar esta revisão literária, será dado início ao desenvolvimento do trabalho propriamente dito permeando informações sobre a sensação de polarização vivida no cenário político atual e a influência desse estado sobre a Instituição Exército Brasileiro, em que pese a representatividade de Oficiais Gerais nos cargos Ministeriais. Espero que os assuntos abordados propiciem os subsídios necessários para um debate desapassionado sobre o fenômeno do bolsonarismo nas urnas e sobre as transformações que mudaram o rumo do Brasil, a fim de entender o que aconteceu e o que poderá acontecer nas próximas eleições.

¹ Oposição ao petismo, movimento político organizado em torno do Partido dos Trabalhadores. (“Como surgiu o ‘antipetismo’, e do que ele se alimenta? | Política”, [S.d.]

4. DESENVOLVIMENTO

4.1 CONSTITUIÇÃO FEDERAL

Inicialmente, as missões das Forças Armadas determinadas pelo Constituinte estão no artigo 142, assim descrito: *"... e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem."*(BRASIL, 1988, Art. 142), já elencado na revisão literária, percebe-se que as três atribuições, alicerçadas na hierarquia e disciplina, destaca-se que a palavra "Pátria" aparece pela primeira e única vez neste artigo da Constituição.

Sobre a defesa da Pátria, imagino que essa missão não ofereça nenhuma dúvida, já que traduz na defesa do país contra eventuais invasões estrangeiras pelas suas Forças Armadas.

Em relação a garantia dos poderes contramanifestações de qualquer natureza, compreende-se, lembrando-se que, nos estados de defesa e de sítio as polícias militares, civil e guarda municipal serão coordenadas pelas Forças Armadas.

A terceira missão, todavia, é que tem merecido, nos últimos anos, discussão entre acadêmicos, juristas e políticos se corresponderia ou não a uma atribuição pontual conferida às Forças Armadas, a pedido de qualquer Poder, a lei e a ordem.

Nesse caso, com a radicalização da polarização política, aliado ao conflito gerado entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, caracterizado por este último extrapolar sua missão constitucional e interferir ou mitigar os poderes do executivo tem influenciado o Presidente a dar depoimentos sobre o artigo 142 da Constituição Federal. A mensagem passada é que este artigo daria às Forças Armadas um poder de moderação quando houver um conflito entre os Poderes.

Em uma análise indutiva, enfoque "bottom-up", observa-se que a população em geral, com conhecimento superficial de direito, clama por uma intervenção militar, agravada por diversas interpretações difusas sobre a missão constitucional das Forças Armadas.

Quase sempre, manifestantes são vistos com indiferença por quem tem o mínimo respeito à democracia. São tomados como excêntricos ou extravagantes e, não raro, vêm acompanhados de cartazes estranhos, como os que clamam por AI-5.

Porém, a novidade nas últimas semanas é o aparecimento de advogados que tentam apresentar uma interpretação teórica a essa ideia a título do artigo 142 da Constituição.

Em contrapartida, interpretando a missão das Forças Armadas no sentido macro, enfoque “top-down”, pelos especialistas em direito o assunto oferece interpretações distintas também.

Segundo Ives Gandra da Silva Martins, com vasto currículo acadêmico, os quais cito: professor emérito das universidades Mackenzie, Unip, Unifeo, Unimeo, do CIEE-SP, das Escolas de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), Superior de Guerra (ESG) etc, interpreta que no capítulo para a defesa da democracia, do estado e de suas instituições, se um Poder se sentir atropelado por outro, poderá solicitar às Forças Armadas que atuem como Poder Moderador para repor a lei e a ordem. Em contrapartida, outros conceitos disruptivos surgem na defesa da isonomia dos poderes e o direito/dever do Presidente em acionar as Forças Armadas para harmonizar a relação entre os poderes, não se confunde com o fato do Chefe do Executivo indicar os cargos principais dos Comandantes de Força.

Em uma análise aprofundada sobre a temática constitucional, não se pode esquecer que quem escolhe os Chefes do Poder Judiciário, Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ) é o próprio Presidente, portanto, se partirmos da premissa que a indicação ao cargo é empecilho para a harmonização militar sobre os Poderes, certamente, os Ministros do Poder Judiciário estariam à mercê das ordens presidenciais, o que não ocorre.

Cumprir informar que o STF é a corte de maior destaque no Brasil, composto por onze ministros e é o “guardião da Constituição Federal”, segundo dispõe o inciso III do artigo 102 da própria Constituição.

A falta de conhecimento da sociedade está em achar que essa “intervenção” para harmonizar os poderes seria prerrogativa exclusiva do Presidente, o que não é verdade, se o Chefe do Poder Executivo intervir nos demais poderes, as Forças Armadas devem intervir e destituí-lo. Mas é nítido que nenhum presidente desde a declaração da República até hoje afrontou os trabalhos do Judiciário, porém o que vem ocorrendo é que o Poder Judiciário está se valendo da prerrogativa de “Guardião da Constituição e Lei” para ditar regras pessoais que neutralizam os trabalhos do Poder Executivo, intrometendo diretamente nas prerrogativas exclusivas a pasta, o que pode caracterizar a “quebra de harmonia”.

Um exemplo hipotético e clássico seria se o Poder Judiciário, mediante processo coeso, determinasse algo ao Presidente por força judicial, e o mesmo, por livre e espontânea vontade não viesse a cumprir, se valendo da Liturgia do Cargo, teríamos um descumprimento por parte do Poder Executivo, o que motivaria ao Poder Judiciário solicitar a intervenção das Forças Armadas. Em outras palavras, seria afirmar que o fato do Presidente nomear os cargos das Forças Armadas incide em interferência entre os poderes, estaríamos afirmando que o próprio Supremo seria confiável para julgar processos do Governo, pois foram nomeados pelo próprio Presidente.

4.2 POLARIZAÇÃO POLÍTICA

No campo político, o termo polarização significa a distinção entre pensamentos antagônicos materializado por dois extremos, de um lado um grupo a favor de ideias de esquerda progressistas e outro um grupo a favor de ideias de direita conservadoras. No entanto, atualmente, esse termo tem se traduzido de forma negativa, radicalizando ambos os grupos em um espírito antidemocrático de convergência de ideias e não dispostos a conversa.

A polarização política atual inicia-se em 2013, quando opiniões distintas passam a trafegar as redes sociais e as ruas, por meio da convergência de grupos autonomistas, como o “Movimento Passe Livre (MPL)”, a tradicional esquerda brasileira com estampas e bandeiras de sindicatos e demais representantes da sociedade com temas nacionalistas e conservadores em seus protestos. Em paralelo, a multiplicidade das pautas mobilizadas já apelava por serviços públicos de qualidade e moralidade política com o tema anticorrupção.

De 2013 a 2016, enquanto a esquerda não conseguia dar resposta apropriada a estes dissabores, movimentos denominados como de direita liberal, “Movimento Brasil Livre (MBL)”² e “Vem Pra Rua”³ direcionaram o sentimento de

² O Movimento Brasil Livre (MBL) é um movimento político brasileiro que defende o liberalismo econômico e o republicanismo, ativo desde 2014. (BATISTA RODRIGUES DE OLIVEIRA ELIEL RIBEIRO MACHADO, [S.d.])

³ O Movimento Vem pra Rua é um movimento político-social brasileiro fundado em outubro de 2014. O movimento surgiu em outubro de 2014, como uma tentativa de organizar e captar pessoas em razão da crise política e econômica no país durante o Governo Dilma, tendo como alvo o próprio governo da ex-presidente, o combate à corrupção. (“Vem Pra Rua”, [S.d.])

descontentamento dos cidadãos contra o sistema político no seu conjunto, em uma forte comoção antipetista. Desta forma, começava um processo de polarização nas redes e nas ruas, cujo ponto central era o Partido dos Trabalhadores (PT): uma parcela da sociedade mobilizada fazia do petismo o alvo de suas críticas, pedindo o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, e outra parcela mobilizado apresentava a narrativa do golpe e defendendo a normalidade institucional e democrática.

Neste ambiente convulsionado entre extremos, grupos como o MBL se utilizavam do tema populista de direita, fortalecidos pelas ideias antipetista e anticorrupção, para transmitir e mobilizar grande parcela da população, fortalecendo ainda mais o discurso sobre corrupção e incrementando pautas conservadoras. Em suma, uma direita tupiniquim liberal na defesa de reformas econômicas e sociais de corte neoliberal que, em vez de inserir no centro da agenda o tema sobre as medidas econômicas liberais, utiliza-se de estratégias populistas, da moralização da política e do enaltecimento do poder judiciário que, em nome da batalha contra a corrupção, deve “desinfetar o Brasil”, para citar a população às ruas.

Despontando ainda mais as emoções nacionalistas, a Operação Lava Jato⁴, um dos maiores trabalhos de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história brasileira, iniciada em março de 2014, transformou a luta contra a corrupção em elemento de judicialização da política, servindo a estes grupos como fonte de fortalecimento ao populismo, inicialmente antipetista e posteriormente antipolítico.

A apresentação do candidato Jair Bolsonaro, à época deputado federal pelo Rio de Janeiro, para concorrer às eleições presidenciais de 2018 acirram os ânimos dos eleitores, que passam a vê-lo como uma solução para impedir que a esquerda e a corrupção voltassem ao poder, por meio de seus discursos “inflamados” e “conservadores”, com o viés em “Deus, Pátria e Família”.

O atentado sofrido pelo candidato Bolsonaro em dia 6 de setembro de 2018, na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, quando ele participava de um ato de campanha foi outro acontecimento importante que alimentou o sentimento de polarização, antipetista e promoveu o aumento de eleitores pró-Bolsonaro.

⁴ A Operação Lava Jato, uma das maiores iniciativas de combate à corrupção e lavagem de dinheiro da história recente do Brasil, teve início em março de 2014. Na época, quatro organizações criminosas que teriam a participação de agentes públicos, empresários e doleiros passaram a ser investigadas perante a Justiça Federal em Curitiba. A operação apontou irregularidades na Petrobras, maior estatal do país, e contratos vultosos, como o da construção da usina nuclear Angra 3. (“Entenda o caso — Caso Lava Jato”, [S.d.]).

Um atentado cometido contra o presidenciável do PSL, Jair Bolsonaro, na tarde de quinta-feira 6, em Juiz de Fora (MG), – um ato sem precedentes desde a redemocratização –, pode cristalizar um cenário que vinha se consolidando nas recentes pesquisas eleitorais: sua quase inevitável ascensão ao 2º turno da corrida presidencial. Eram 16h quando o ex-capitão do Exército sentiu o peso do extremismo de uma campanha que partia, como em 2014, para uma densa e perigosa atmosfera alicerçada pelo clima do “nós contra eles”: levou uma facada no abdômen enquanto fazia uma caminhada no centro da cidade mineira. Bolsonaro estava sendo carregado por simpatizantes quando uma pessoa desferiu uma facada na altura da barriga do candidato. O ataque atingiu o candidato, apesar de ele usar um colete a prova de balas. O corte entrou na região abaixo do colete, num local desprotegido. Na própria quinta-feira, o comandante do Exército, general Villas Boas, convocou uma reunião emergencial do Alto Comando, que reúne 16 generais quatro estrelas, para tratar do tema. (OLIVEIRA [S.d.]

À época, o jornal Folha de São Paulo chegou a publicar uma matéria na rede mundial de computadores sobre a facada no abdômen que Bolsonaro sofreu, em circunstâncias ainda não esclarecidas, por um antigo integrante do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), identificado pela alcunha de Adélio Bispo de Oliveira (BRAGON, 2018).

O atentado foi fundamental para alavancar as pesquisas eleitorais do candidato Bolsonaro, ajudando a consolidar os destinos da eleição e trazendo efeito contrário ao desejado pelo autor do fato, conforme afirmou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), segundo Santos (2019) “*em entrevista ao programa à Globonews em 20 de março de 2019, dizendo que o quadro eleitoral não teria sido tão favorável a Jair Bolsonaro se ele não tivesse sido atingido pela faca de Adélio Bispo*”.

Em resumo, apesar das condições de saúde, a facada trouxe benefícios eleitorais para Bolsonaro, não que isto tenha sido fato determinante para a sua vitória, dos quais destaco: primeiro, porque limitou os ataques que vinham sendo feitos a sua campanha; segundo, porque permitiu sair da arena do debate e se proteger em um universo que ele tem melhor desempenho, que é a mídia digital; e terceiro, porque garantiu a ele uma grande mídia espontânea, que permitiu que se preservasse dentro de uma redoma. Porém, dizer que a comoção da facada levou à eleição do Bolsonaro, ledo engano. O que levou a sua eleição foi a conjuntura que acirrou os ânimos entre direita e esquerda, favorecida pela evolução da polarização política contra o lulismo⁵, depois para o antipetismo, além de arregimentar os eleitores indecisos ao seu favor.”

⁵ Lulismo é um termo cunhado por André Singer que se refere ao fenômeno político de esquerda ocorrido no Brasil em torno do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Criado durante a campanha

4.3 FORÇAS ARMADAS

As Forças Armadas são de Estado, não de governo. O que isso significa?

“*Nesse período, preservei as Forças Armadas como instituições de Estado*”. Palavras do Ministro da Defesa, General Azevedo e Silva, após sua exoneração do cargo, em 29 de março deste ano.

Não é de hoje que a política nacional tenta cooptar as Forças Armadas em apoio as suas causas. Tentativas malsucedidas que ocorreram nos 13 anos de governo do PT e que se mantêm atualmente no processo de "arrastar" as Forças Armadas para o ambiente político, porém tais iniciativas serão frustradas, como os que deixaram os cargos anteriormente. O alto comando sempre esteve muito coeso e solidário a reagir a qualquer tentativa nesse sentido.

O fato da história do Brasil, desde a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, constar com a presença dos militares no cenário político não significa que os atuais militares irão se enveredar nesse caminho pantanoso e tortuoso, onde muitas vezes envolvem interesses e ideais escusos aos princípios fundamentais que regem o estado democrático de direito, definidos no Título I, artigos 1º a 4º da Constituição Federal.

TÍTULO I –

Dos Princípios Fundamentais

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados

e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e

tem como fundamentos:

I – a soberania;

II – a cidadania;

III – a dignidade da pessoa humana;

IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa;

V – o pluralismo político.

Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o

Executivo e o Judiciário.

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

presidencial de 2002, representando um novo plano em relação aos ideais de esquerda adotado pelo Partido dos Trabalhadores até o final de 2001. (“O que é o lulismo - Opinião - Estadão”, [S.d.]

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade

e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos

seguintes princípios:

I – independência nacional;

II – prevalência dos direitos humanos;

III – autodeterminação dos povos;

IV – não-intervenção;

V – igualdade entre os Estados;

VI – defesa da paz;

VII – solução pacífica dos conflitos;

VIII – repúdio ao terrorismo e ao racismo;

IX – cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;

X – concessão de asilo político.

Da citação apresentada, conclui-se que o Brasil é formado pelos Estados, Municípios e Distrito Federal, claramente definindo o Estado Democrático de Direito e permeando os valores fundamentais de: soberania; cidadania; dignidade da pessoa; valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; e pluralismo político.

A missão constitucional das Forças Armadas, além da defesa da Pátria, é garantir os poderes constitucionais, observando, também, os direitos humanos. Se assim o é, a ação delas jamais poderá atentar contra a existência dos direitos e garantias individuais. Basta recordar que a autoridade suprema de um país é a sua constituição e que toda autoridade cumpre o compromisso de protegê-la e preservá-la. Nesse sentido, é óbvio afirmar que as Forças Armadas comungam com a democracia.

Como apresentado no início do desenvolvimento, a Constituição Federal estabelece claramente que as Forças Armadas são organizadas com base na hierarquia e disciplina, e que Lei complementar estabelecerá as regras gerais a serem empregadas na organização, no preparo e no seu emprego. Ou seja, conforme questionado pelo Procurador Regional da República aposentado Rogério Tadeu Romano, “*a função constitucional das Forças Armadas é garantir os poderes constitucionais, observando e garantindo, também, os direitos humanos. Se assim o é, a ação delas jamais poderá atentar contra a existência do "garantido". Então por que o atual cenário político brasileiro, o receio de que essa regra estivesse sendo ameaçada veio à tona?*” (ROMANO, 2020).

Nesse cenário apresentado as Forças Armadas são caracterizadas como uma Instituição moderadora entre os poderes, cabendo ao STF a missão de guardião da Constituição Federal. Está claro que existe um embate no campo político para se obter o controle do Estado Brasileiro, sendo de um lado os partidos com ideologia de esquerda, liderados pelo PT, que perderam a eleição passada de 2018, e o outro lado os partidos conservadores de direita, aliados ao Presidente Bolsonaro. Uma luta em torno de um único objetivo, o poder político e econômico sobre do 5º país em extensão territorial do mundo, com uma economia pujante, em busca do desenvolvimento industrial e praticamente autossustentável nas atividades primárias e terciárias.

Graças a formação dos militares das Forças Armadas baseada em valores e tradições e bem alicerçada na hierarquia e na disciplina, as Instituições não se desvirtuaram da sua missão constitucional, cito como exemplo a Venezuela chavista, quando Hugo Chávez criou em 1998 o regime bolivariano, instrumentalizando ideologicamente todas as promoções de oficiais superiores. Em 2013, após a sua morte, seu sucessor Nicolás Maduro herdou essa oficialidade que se tornou um ponto forte de apoio ao regime.

No Brasil, Exército Brasileiro, Marinha do Brasil e Força Aérea Brasileira seguem uma dinâmica própria, blindadas da interferência política. A exemplo, em 2015, quando o Ministro da Defesa Jaques Wagner, no segundo mandato de Dilma Rousseff, fracassou em promover oficiais simpáticos ao Partido dos Trabalhadores, o intento morreu antes de se viabilizar, por consequência das Forças Armadas serem Instituições de Estado, sólidas e permanentes.

Além disso, correlacionando o que ocorreu na Venezuela em relação ao Brasil, um novo governo petista com perfil bolivariano precisaria passar por cima do cadáver do Congresso para alterar as Polícias Militares em forças de apoio ao partido, tal como a Guarda Nacional Venezuelana, ou armar grupos de milícias criadas pelo partido do governo, também como a Milícia Nacional Bolivariana, o que seria audacioso e extrema complexidade para um país territorialmente vasto e bem distribuído territorialmente como o Brasil. São duas das realidades daquele país. Ademais, para impedir obstáculos legais, essa possível esquerda teria a difícil tarefa de acabar com o Supremo Tribunal Federal, adotando, por exemplo, a receita venezuelana, que consistiu em nomear 22 ministros chavistas ao lado dos 11 então existentes, para com isso alcançar o conformismo de seus integrantes.

Tal *modus operandi* seria difícil ser instrumentalizado no Brasil, uma vez que possuímos uma democracia consolidada, baseada em instituições sólidas, com um ambiente político estável que garante os direitos individuais.

Com mais de cinco séculos de história, o país combina muita maturidade institucional, política e econômica a um imenso potencial para crescimento e investimento, restando apenas a esquerda apenas desestabilizar politicamente a atual estrutura de governação presidencial e buscar a desagregação harmônica entre os poderes, por meio de protestos, manifestações sindicais, uso dos movimentos sociais.

É fato que o ambiente polarizado traz certa insegurança, por outro lado demonstra que o brasileiro está no caminho do entendimento político, conhecimento que ultrapassa os portões dos quartéis, politizando todos os estratos da sociedade, mas que não ultrapassa os valores Institucionais. Cumpre informar que as Forças Armadas permaneceram focadas no cumprimento de seus papéis constitucionais e que no acionamento do artigo 142 da Constituição Federal, agravamento de crise, caberá ao Ministério da Defesa articular as ações que envolvam o Exército, a Marinha e a Força Aérea, individualmente ou em conjunto, para garantir a lei e a ordem.

Encerro o presente tópico com a as palavras do ex-Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro do Ar Nivaldo Luiz Rossato, nos anos de 2015 a 2019, citando o respeito à Constituição:









“Nestes dias críticos para o país, nosso povo está polarizado, influenciado por diversos fatores. Por isso, é muito importante que todos nós, militares da ativa ou da reserva, integrantes das Forças Armadas, sigamos fielmente a Constituição, sem nos empolgarmos a ponto de colocar nossas convicções pessoais acima daquelas das instituições. Os poderes constituídos sabem de suas responsabilidades perante a nação e devemos acreditar neles. Tentar impor nossa vontade ou de outrem é o que menos precisamos neste momento”. (ROSSATO, 2018)

4.4. EXÉRCITO BRASILEIRO





4.4.1 O perigo da politização Institucional no atual cenário polarizado

O Exército Brasileiro é uma Instituição sólida, secular e desde a sua criação em 19 de abril de 1648, na Batalha dos Guararapes⁶, foi instrumento fundamental para o desenvolvimento histórico, econômico, político e militar, incluindo a paz social, do Brasil, o que permitiu apresentar uma série de presidentes de origem militar ao longo dos anos, um total de 11 dos 38 presidentes, após a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, conforme está ilustrado no quadro 1, onde consta a relação de Presidentes de Origem Militar

Quadro 1 – Relação de Presidentes de Origem Militar

Nr	Fotografia	Presidentes	Mandato	
			Início	Término
1ª República - República Velha: República da Espada e República Oligárquica (15 NOV 1889 - 24 OUT 1930)				
1		Marechal Deodoro da Fonseca 1º Presidente do Brasil	15 nov 1889	23 nov 1891
2		Marechal Floriano Peixoto 2º Presidente do Brasil	23 nov 1891	15 nov 1894
3		Marechal Hermes da Fonseca 8º Presidente do Brasil	15 nov 1910	15 nov 1914
2ª República - Governos Provisório e Constitucional (24 out 1930 - 10 nov 1937)				
4		Getúlio Vargas (ex-2º Sgt do EB) 14º Presidente do Brasil	3 nov 1930	10 nov 1937
3ª República - Estado Novo (10 nov 1937 - 31 jan 1946)				
4		Getúlio Vargas (ex-2º Sgt do EB) 14º Presidente do Brasil	10 nov 1937	29 out 1945
4ª República - República Populista (31 jan 1946 - 2 abr 1964)				
5		Marechal Eurico Gaspar Dutra 16º Presidente do Brasil	31 JAN 1946	31 JAN 1951
5ª República – Período de Presidentes Militares (2 abr 1964 - 15 mar 1985)				
6		Gen Ex Humberto Castelo Branco 26º Presidente do Brasil	15 ABR 1964	15 MAR 1967
7		Gen Ex Artur da Costa e Silva 27º Presidente do Brasil	15 MAR 1967	31 AGO 1969

⁶ A “Batalha Dos Guararapes” foi um confronto armado envolvendo o Reino de Portugal, apoiado pelos luso-brasileiros defensores do Império e o exército invasor da República das Sete Províncias Unidas (Holanda), pelo domínio da região nordeste do Brasil, no período conhecido como Brasil Colônia. Disponível em: < <https://www.todamateria.com.br/batalha-dos-guararapes/>>. Acesso em: 09 abr, 2021.

8		Gen Ex Emílio Garrastazu Médici 28º Presidente do Brasil	30 OUT 1969	15 MAR 1974
9		Gen Ex Ernesto Geisel 29º Presidente do Brasil	15 MAR 1974	15 MAR 1979
10		Gen Ex João Figueiredo 30º Presidente do Brasil	15 MAR 1979	15 MAR 1985
6ª República - Nova República (15 mar 1985 à atualidade)				
11		Jair Messias Bolsonaro (ex-Capitão do EB) 38º Presidente do Brasil	1º JAN 2019	

Fonte: elaborado pelo autor.

Não é de hoje que os militares são politizados, basta observarmos a relação de presidentes oriundos do meio. Isso não significa que o Exército poderá se desvirtuar da sua missão constitucional, basta analisarmos a historiografia nacional e observarmos a grade curricular das Escolas Militares, aliada as virtudes e os valores ensinados e forjados no período de formação, dos quais cito como exemplo da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), que ao longo dos anos mantém imutáveis o processo de ensino-aprendizagem, sendo um grande vetor de cidadania e dos valores no Brasil.

Seguindo essa linha de raciocínio, presença de militares na política, **qual o desafio do Exército Brasileiro, no contexto de politização de seus integrantes?**

Seria a presença maior de militares permeando o cenário político atual, desde cargos ministeriais, estaduais e municipais? Observe o número de militares presentes no Governo Federal, por meio de um levantamento na reportagem dos quadros 2 e 3, é considerável. Pode-se dizer que essa situação advém da crise dos governos de esquerda, tanto no cenário nacional como internacional, contribuindo para a ascensão da direita, aliado ao perfil do atual presidente, um ex-capitão do Exército Brasileiro, o que favoreceu em favor dos candidatos que “*surfaram na onda bolsonarista*”.

Para o autor, a politização não é problema e não influência a polarização no âmbito interno, uma vez que faz parte dos currículos escolares durante a carreira aprender as diversas formas e sistemas de Estado e Governo, a fim de permitir maior entendimento e interação no cenário político interno e externo, com o objetivo de integrar missões internacionais, extrapolando para as funções já existentes dentro da

Força, a exemplo dos cargos no Ministério da Defesa (MD) e no Gabinete de Segurança Institucional (GSI).

Quadro 2 – Da Farda ao Terno



Fonte: PEREIRA, Claudemir, 2020.

Quadro 3 – Militares na Esplanada



Fonte: PEREIRA, Claudemir, 2020.

O absurdo é trazer a política para os quartéis a ponto de ferir na missão constitucional estabelecida, rompendo a hierarquia e a disciplina, que para isso existe um regramento que impedem esse tipo de manifestação, como pode ser observado no Regulamento Disciplinar do Exército (RDE), em seu anexo I – Relação de Transgressões, números 56, 57, 58, 59, 103 e 105, onde trata como transgressão qualquer manifestação política por parte de seus integrantes.

56. Tomar parte, em área militar ou sob jurisdição militar, em discussão a respeito de assuntos de natureza político-partidária ou religiosa;

57. Manifestar-se, publicamente, o militar da ativa, sem que esteja autorizado, a respeito de assuntos de natureza político-partidária;

58. Tomar parte, fardado, em manifestações de natureza político-partidária;

59. Discutir ou provocar discussão, por qualquer veículo de comunicação, sobre assuntos políticos ou militares, exceto se devidamente autorizado;

[...]

103. Autorizar, promover ou tomar parte em qualquer manifestação coletiva, seja de caráter reivindicatório ou político, seja de crítica ou de apoio a ato de superior hierárquico, com exceção das demonstrações íntimas de boa e sã camaradagem e com consentimento do homenageado;

[...]

105. Autorizar, promover, assinar representações, documentos coletivos ou publicações de qualquer tipo, com finalidade política, de reivindicação coletiva ou de crítica a autoridades constituídas ou às suas atividades; (RDE, 2002).

A profissão militar é interessante, baseada na formação generalista, na vivência nacional e na assunção de cargos de distintos, os militares passam ampliar a sua experiência profissional, aliado ao sistema de promoções, o que permite um acúmulo de conhecimento prático e teórico no decorrer dos anos na caserna⁷, porém vagam em um terreno pantanoso de valores e interesses tortuosos quando optam pelo campo político, além de ficarem expostos ao jornalismo ideológico, presente desde a assunção do governo de Jair Bolsonaro, com a missão de desgastá-lo politicamente.

É sabido que desde que o Presidente foi eleito, a Esplanada dos Ministérios foi ocupada por generais e coronéis, o mundo político parece ter esquecido que as origens da volta aos militares à política existiam antes mesmo da eleição do capitão, com está representado no quadro 1 – Relação Presidentes de Origem Militar.

A cada ano, os militares da ativa e da reserva passam a ocupar cada vez mais os cargos de confiança na administração pública, em postos de relevância ou não,

⁷ Entenda-se a expressão “caserna” como Exército Brasileiro.

sendo nos ministérios ou em estatais, aumentando de maneira vertiginosa essa porcentagem sobre os militares que já se encontram fora da vida militar. Não havia dúvida que Bolsonaro, após assumir a presidência, iria escolher uma parcela de sua equipe ministerial formada por pessoas com alguma formação militar para lhe acompanhar na sua trajetória desenvolvimentista de governo. Para alguns especialistas no assunto um perigoso nível de politização das Forças Armadas foi alcançado. Como publicado na Rede Brasil Atual, em 13 de julho de 2020, titulado: “*Com Milton Ribeiro, governo Bolsonaro já tem 11 ministros militares*”, o texto destaca à época as principais personalidades militares e seus respectivos cargos, alardeando, também, o vice-presidente, o General de Exército Hamilton Mourão.

Em resumo, além do General Mourão como vice-presidente, o governo conta com os seguintes cargos representado por militares: Walter Souza Braga Netto (Casa Civil); Augusto Heleno (Segurança Institucional); Fernando Azevedo e Silva (Defesa); Milton Ribeiro (Educação); Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura); Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo); Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia); Wagner Rosário (CGU); Bento Albuquerque (Minas e Energia); Jorge Oliveira (Secretaria-Geral da Presidência); e Eduardo Pazuello (Saúde). Informações colhidas em (Redação RBA, 13/07/2020)

Qual o espaço das Forças Armadas no governo Bolsonaro?

Além de escolher como vice o general Hamilton Mourão, Bolsonaro também nomeou generais para ministérios. O general Walter Braga Netto, por exemplo, é o primeiro a comandar a Casa Civil, desde 1981, quando Golbery do Couto e Silva deixou o cargo.

Além dos postos no alto escalão, do início de seu mandato até julho de 2020, Bolsonaro tinha aumentado em 33% a presença de militares da ativa no governo, com mais de 2.500 integrantes em cargos comissionados em 18 órgãos. Dos 21 ministros de Bolsonaro, nove são das Forças Armadas.

Se confirmada a nomeação do general da reserva Joaquim Silva e Luna para a Petrobras, mais de um terço das estatais federais controladas pela União terão comando militar.

Na última quinta-feira (25), o presidente também decidiu que o almirante Flávio Rocha deve acumular a chefia da Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e o comando da Secom (Secretaria de Comunicação Social), hoje chefiada pelo empresário Fabio Wajngarten. (BRANDIO, 2021).

A permeabilidade dos militares vai além dos cargos desta mencionados. Em matéria publicada em 21 de setembro de 2020, titulada: “*há 8.450 militares da reserva em tribunais, comandos e ministérios. Os da ativa chegam a 2.930*”, o jornalista

Claudemir Pereira, da CP & C Comunicações, apresenta uma reportagem ampla à opção dos militares de ocupar cargos no Executivo. Já destacado anteriormente no quadro 2 e 3 da presente matéria.

Pelos dados apresentados, os 8.450 militares da reserva não são o problema, uma vez que ao final do serviço ativo estão livres para atuar em qualquer área profissional, o que vem ocorrendo normalmente, principalmente dentro do Exército pela contratação desses na modalidade de Prestação de Tarefa por Tempo Certo, conhecido pela sigla PTTC.

Em resumo, o desafio a ser enfrentado pelo Exército Brasileiro, em especial aos integrantes da ativa, é não enveredarem pelas vaidades do poder político, tendo sempre em mente a missão norteadora da Instituição, estabelecida pelo artigo 142 da Constituição Federal, aliado aos princípios e valores bem consolidados na profissão militar.

4.4.2 Os desafios do emprego da Força Terrestre

O tema em questão, “os desafios do Exército Brasileiro no atual cenário político polarizado”, é complexo, uma vez que a sociedade brasileira passou a entender nas últimas eleições presidenciais de 2018 que a escolha de seu representante político pode refletir positivamente ou negativamente sobre as suas aspirações nos próximos quatro anos, após esse eleito.

Com a proximidade das eleições presidentes de 2022, os ânimos eleitorais estão ficando cada vez mais exacerbados entre as correntes ideológicas de esquerda e direita que infletem diretamente nas Forças Armadas, elencado anteriormente, e principalmente no Exército Brasileiro, Instituição bem representada no território, partícipe do desenvolvimento e da evolução nacional.

A doutrina do General Villas Bôas, ex-Comandante do Exército entre os anos de 2015 e 2019, dizia que a atuação do Exército se baseava em legitimidade, estabilidade e legalidade. Afirmção esta ratificada pelos atuais Comandantes, o que demonstra claramente a expectativa da sociedade civil em relação a Instituição como sendo o lado racional de qualquer governo instituído democraticamente espera.

Então, qual o desafio do Exército Brasileiro, nesse contexto atual de polarização da política nacional?

Como resposta imediata, seria o emprego do Exército nas ruas para deter o endurecimento da polarização política, entre direita e esquerda, por meio de manifestações violentas na busca da vitória eleitoral de 2022.

É bom lembrar que historicamente o Exército já atua nas eleições exercendo a missão de Garantia da Votação e Apuração (GVA)⁸ ou no transporte de pessoal e urnas. As solicitações de apoio são formuladas pelos Tribunais Regionais Eleitorais ao TSE. Após a análise e deliberação do TSE, as demandas são repassadas ao Ministério da Defesa (MD), órgão responsável pelo planejamento e execução das ações empreendidas pelas Forças Armadas.

As operações de GVA, não obstante de análoga às missões de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), é estabelecida especialmente para manter a normalidade da segurança nos locais pública de votação e apuração, durante o período eleitoral. Já GLO surgem nos casos em que há o esgotamento das forças de segurança pública tradicionais, caracterizados por graves situações de perturbação da ordem pública. Ambas as operações são episódicas e ocorrem em tempo limitado e área restrita, com o principal objetivo de preservar a ordem, a integridade da população e o funcionamento regular das instituições. A exemplo disso, tivemos as manifestações sindicais e grupos de esquerda pelo fim do governo do ex-Presidente Michel Temer e em apoio à convocação de eleições diretas, ocorrida em 24 de maio de 2017.

À época, a manifestação terminou em graves tumultos e depredação de diversos prédios públicos. Por consequência do vandalismo, à época o Presidente Michel Temer decretou o uso das Forças Armadas na GLO. Inicialmente, Rodrigo Maia, presidente da Câmara Deputados, teria acionado Força Nacional de Segurança, mas Temer decidiu por decreto empregar as Forças Armadas.

Ao final das manifestações o saldo foi positivo, o Exército atuou dentro da proporcionalidade e restaurou a lei e a ordem, mas isso, possivelmente, é uma prévia que poderá advir com a proximidade das eleições. Para isso, o Comando de Operações Terrestre (COTER), Órgão de Direção Operacional da Força Terrestre (ODOp), vem

⁸ O fundamento legal da GVA é o art. 23, incisos XIV e XVIII, do Código Eleitoral, aprovado pela Lei nº 4737, de 15 de julho de 1965.

adestrando continuamente suas tropas, por meio de exercícios militares, a exemplo da Operação Amazônia 2020⁹, permitindo uma melhor capacitação de seus membros.

Exercícios como esse demonstram que a Força Terrestre está pronta para atuar sobre qualquer cenário, aliado ao trabalho conjunto com as demais Forças coirmãs e demais organizações governamentais, a exemplo de outras missões, como a Operação Acolhida¹⁰, uma Força-Tarefa Logística Humanitária no Estado de Roraima com o objetivo receber os refugiados venezuelanos vulneráveis pela crise político-econômica instalada naquele País, assegurando a dignidade e a assistência necessária para permanecer legalmente no Brasil.

O exemplo dos exercícios militares, em conjunto com as operações em curso, demonstra a contínua atenção da tropa, aliado ao firme entendimento de Instituição de Estado e não de Governo, como pronunciamento do ex-Comandante do Exército, Gen Ex Edson Leal Pujol, durante o Seminário de Defesa Nacional, promovido pela Escola Superior de Guerra, realizado em 13 de novembro de 2020, dizendo que a Instituição não pertence ao governo e não tem partido político.

“Não somos instituição de governo, não temos partido. Nosso partido é o Brasil. Independente de mudanças ou permanências em determinado governo por um período longo, as Forças Armadas cuidam do país, da nação. Elas são instituições de Estado, permanentes. Não mudamos a cada quatro anos a nossa maneira de pensar e como cumprir nossas missões”, afirmou Pujol no seminário desta sexta. (CNN, 2020)

Uma breve explicação sobre a afirmação do Gen Pujol está no entendimento distinto entre Estado e Governo, o que a classe política não entende, onde Estado é um termo atribuído as estruturas de um país, por exemplo as instituições, os meios materiais e os cargos. Fazem parte do Estado os órgãos que o representam e

⁹ O Comando Militar da Amazônia (CMA) realizou em setembro a Operação Amazônia 2020, o maior exercício em campanha com tropa no terreno que simula uma situação de guerra convencional. O treinamento militar envolve ainda a Marinha do Brasil e a Força Aérea Brasileira com ações por terra, água e ar. As ações ocorrem numa imensa área onde, a situação criada envolve um conflito armado entre dois países, com ofensiva para recuperação de território ocupado pelo rival. A base da operação está situada em Humaitá, cidade localizada no sul do Amazonas.
(https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/id/12303239)

¹⁰ Criada em 2018 para receber com dignidade os migrantes e refugiados venezuelanos, fugidos da Venezuela, que enfrenta crise político-econômica e êxodo de milhares de pessoas, a Operação Acolhida do Governo Federal é baseada em três pilares: acolhimento, abrigamento e interiorização. Cada um deles ajuda no acolhimento desses migrantes e refugiados venezuelanos.
<https://www.gov.br/acolhida/historico/>

assistem a sociedade, incluindo os hospitais e as escolas públicos, além das Forças Armadas. No contexto geral, o Estado é a estrutura do país, em uma linguagem simples é o esqueleto, e, por isso, tem um caráter permanente.

Já o governo é uma forma transitório de administrar o país, representado por candidatos eleitos para gerir a máquina estatal. No Brasil, os mandatos do governo federal, estadual e distrital são de 4 (quatro) anos, ocorrendo o direito a uma reeleição. A cada período de governo é normal haver mudanças na condução da política estatal, com propostas de alterações na sua estrutura, inclusive nos poderes legislativo e judiciário, porém, constitucionalmente, não podem ser abolidos. Resumidamente, o Estado serve à nação de forma ampla, apartidária, impessoal, e o governo administra e representa interesses de partidos políticos e indivíduos.

Tirando essas incongruências políticas entre Estado e Governo, não se pode antecipar o futuro ao visualizar a participação das Forças Armadas na continuidade dos três poderes e em sua garantia. Então, qual seria o cenário capaz de desencadear ações desse gênero? Qual seria o estopim?

Basicamente, seria a fragmentação da legitimidade política entre estado e cidadão, por meio da quebra do contrato social, onde as Força Armadas sempre atentas as conjunturas e amparadas constitucionalmente teriam a legitimidade de buscar a paz social e a estabilidade do Brasil.

O EB participou, participa e continuará participando ativamente de todos os episódios decisivos de nossa história, tendo a integração, o bem-estar, a dignidade e a grandeza da Pátria sempre a nortear sua presença na vida nacional. Instituição aberta a todos os segmentos étnicos e religiosos e a todas as classes sociais, reflete em seu seio as aspirações nacionais e a elas é sensível, o que se traduz numa perfeita integração com a nação brasileira. (EME, 2014, p. 3-9).

As Forças Armadas estão sempre alertas às suas missões constitucionais e, quer seja questionável, quer não, os militares manifestam-se como espécie de “guarda-costas dos poderes constitucionais. Nessa direção finalizo o presente tópico com as palavras do General Villas Bôas, ex-Comandante do Exército Brasileiro, em seu Twitter: *“Asseguro à Nação que o Exército Brasileiro julga compartilhar o anseio de todos os cidadãos de bem de repúdio à impunidade e de respeito à Constituição,*

à paz social e à Democracia, bem como se mantém atento às suas missões institucionais”.

5. RECOMENDAÇÕES

O tema proposto, os desafios do Exército Brasileiro no atual cenário político polarizado, buscou apresentar através de dados passados e recentes, uma possível previsão política para a Eleição Presidencial de 2022.

O assunto é de extrema relevância, pois insere a temática da participação dos militares dentro do Poder Executivo, o que vem causando certo alarde em uma pequena parcela da sociedade desinformada, esclarecendo que desde a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, a historiografia apresentou 11 (onze) presidentes militares em contraponto a 27 (vinte e sete) civis, vide quadro 1, o que caracteriza o Estado Democrático de Direito, onde qualquer cidadão ou cidadã para concorrer ao cargo presidencial deve ter as seguintes qualificações: ser brasileiro ou brasileira natos, ter no mínimo 35 (tinta e cinco) anos, ter o pleno exercício dos direitos políticos, ser eleitor, ter domicílio eleitoral no País e ser filiado a algum partido político. Assim, como a presença de um capitão reformado (R1), como Bolsonaro, é democrática, a presença de um sindicalista, como Lula, e uma ex-guerrilheira, como Dilma Rousseff, em períodos anteriores, respectivamente, 2003 a 2010 e 2011 a 2016, marcam muito bem a essência do Estado Democrático de Direito brasileiro.

Em relação a preferência presidencial em nomear cidadãos com origem militar, isso se faz pela sua experiência universitária na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) e de vida, durante o período em que esteve no Exército Brasileiro, até o posto de capitão, quando ingressou na reserva em 1988, optando pela carreira política, após ser eleito para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro naquele ano.

Ao ser eleito Presidente, Bolsonaro buscou selecionar sua equipe ministerial baseada em competências, com o foco na meritocracia, no combater a corrupção, aliado aos valores e princípios imutáveis de uma boa sociedade e fortalecidos no processo de seleção dos militares, tais como abnegação, disciplina, experiência, hierarquia, honestidade, patriotismo, vivência nacional e sacrifício em prol da Nação. Até 17 de junho de 2020, cabe informar que dos 23 (vinte e três) ministros, apenas 10 (dez) tinham formação militar dos quais destaco a Casa Civil, Gabinete de Segurança Institucional (GSI), Secretaria de Governo, Secretaria Geral da Presidência e Ministérios da Defesa, Ciência Tecnologia e Inovações, Infraestrutura, Minas e Energia, Saúde e Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral Da União, sendo uma prerrogativa

privativa do presidente nomear pessoas que julgue qualificada para o cargo de Ministros do Estado.

Os demais cargos veiculados nas propagandas midiáticas, tal como as apresentadas no quadro 2 e 3, recaem novamente na desinformação sobre a carreira militar e os cargos públicos comissionados disponíveis para contratação em Brasília. É de suma importância destacar que a Capital Federal concentra o maior número de cargos comissionados do País, uma vez que representa a sede política e administrativa da Nação, compostas pelos poderes, ministérios e governo distrital, aliado a necessidade natural de completar os cargos do funcionalismo público. O conjunto de necessidades tem em seu favor os militares da reserva que fixam residência lá, o que contribui para o mercado de trabalho local, por meio da contratação desse valioso recurso humano disponível.

No trato da polarização política é notório a percepção desse estado na sociedade brasileira, entre a esquerda progressista e direita conservadora, o que tende a agravar com a proximidade das eleições presidencial em 2022, porém não há que temer, enquanto a disputa se manter dentro dos princípios morais e legais é democrático, a promoção da liberdade de expressão, de opiniões e de escolha são algumas características que norteiam o regime de estado brasileiro.

Há que se recordar que as Forças Armadas são Instituições nacionais permanentes e regulares de Estado e não de Governo, logo são apartidárias, uma vez que fazem parte da estrutura do País, devendo manter-se fiel a sua missão constitucional. Por isso, Marinha, Exército e Aeronáutica, como sempre fizeram, devem assegurar a manutenção do Estado Democrático de Direito, por meio do preparo e emprego, durante a missão de Garantia da Votação e Apuração (GVA), permitindo o sufrágio universal, ou seja, todo cidadão brasileiro com idade mínima de 16 anos tem o direito eleger o seu dirigente pelo voto eleitoral.

A política não é um mecanismo exclusivo de políticos e muito menos um assunto a ser tratado de 4 em 4 anos. Historicamente, civis e militares ocuparam cargos expressivos na política brasileira, o que não aviltou o Estado Democrático, onde as liberdades e igualdades sempre estiveram em voga. Porém, hoje, vemos uma sociedade mais atenta, participativa e crítica, o que polariza as intenções de cada cidadão, mobilizada em nichos contra e a favor de governos anteriores e atual.

Por fim, em 2022, conforme vai-se desenhando o cenário político polarizado, o Brasil viverá eleições presidenciais especialmente complicadas e esse será o grande

desafio do Exército Brasileiro, garantir a votação e apuração em todo o território nacional, como sempre tem feito em anos passados, um trabalho de excelência, assegurando o direito de voto de cada cidadão brasileiro.

6. CONCLUSÃO

O desenvolvimento do tema sobre os desafios do Exército Brasileiro no atual cenário político, por meio do raciocínio indutivo “bottom-up”, buscou apresentar uma fotografia atual e relevante dos prováveis desafios que se apresentaram nos próximos processos eleitorais, em especial atenção a eleição presidencial prevista para 2022.

Nesse enredo, o texto permeou a lisura constitucional da missão das Forças Armadas, pela apresentação do artigo 142 da CF/88, cerne legal do emprego institucional. Em seguida, permeou as correntes políticas existentes no atual cenário brasileiro que colaboram para o advento da polarização política, dando destaque ao surgimento de grupos autonomistas, como o MPL, MBL e “Vem Pra Rua”, em contraponto aos governos de 2013 até as eleições de 2018, materializados pelas presidências de Dilma Rousseff e de Michel Temer, culminando com a vitória nas urnas pelo Presidente Bolsonaro.

Em se tratando de correntes políticas, de modo generalizado, fica claro que a vitória nas urnas da direita em 2018 dá por encerrado mais de uma década de governança da esquerda, após 13 anos, de 2011 a 2016, abrindo caminho para a presidência de Jair Messias Bolsonaro, um capitão reformado do Exército Brasileiro, conservador, pautado pelos valores cristãos e familiares, em respostas ao combate a corrupção passiva e lavagem de dinheiro, perpetrados por Lula, e pelos crimes de responsabilidade por pedaladas fiscais e por créditos suplementares sem autorização legislativa, por Dilma Rousseff.

De todos os fatos apresentados, os elementos mais perigosos que ameaçam a já fragilizada estabilidade institucional são talvez os crescentes discursos antipolíticos. Essa conjuntura leva as Forças Armadas a atuarem como instrumento moderador, como Instituição de Estado, devendo garantir os poderes constitucionais total legitimidade, salvaguardando o Estado Democrático. Nessa guerra política de corações e mentes, entre esquerda e direita, o Exército Brasileiro, como ator no desenvolvimento histórico do País, tem como desafio estar atento para qualquer extrapolação do comprometimento à ordem constitucional vigente, conforme está estabelecido constitucionalmente para garantir a lei e a ordem. Assim, a missão constitucional se mantém sólida, devendo intervir somente por iniciativa de qualquer um dos poderes constitucionais.

Em relação a provável politização institucional ser um tópico de atenção, cabe destacar que a política é um assunto discutido e vivido dentro dos bancos escolares e nos cargos que ocupam. Aprender e entender as diversas formas e sistemas de Estado e Governo existentes no mundo faz parte dos currículos, com o que é desenvolvido na ECEME, no CPEAEx, extrapolando as missões internacionais e as funções no MD e no GSI. Isso não implica em uma mudança de foco sobre a missão constitucional, uma vez que estamos analisando uma Instituição nacional permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, mas sim estar preparada para ser empregada no caso que a polarização política extrapole o campo das opiniões para a agressão e o vandalismo nas ruas, como ocorrido em 2017, nas manifestações em Brasília contra o governo do Presidente Michel Temer, à época.

Em atenção a preferência do presidente do Presidente Bolsonaro em nomear militares para os cargos ministeriais, isso se faz presente pela confiança que o chefe do Poder Executivo tem sobre esses profissionais, no tocante a valores, disciplina, hierarquia, objetividade, cumprimento de missão e larga vivência profissional, aliado ao seu passado dentro do Exército Brasileiro, o que colabora muito para essa seleção. Cabe destacar que a sociedade brasileira desconhece totalmente o papel das Forças Armadas, como também seu plano de carreira. Os cargos ocupados por militares da ativa se concentram no MD e GSI, o que é de se esperar. Os demais cargos, tais como ministros, são de competência do Presidente escolher, e no caso são formados por ex-militares ou militares da reserva, à exceção do Secretário do Governo, Gen Ex Luiz Eduardo Ramos, e o ex-Ministro da saúde, Gen Div Eduardo Pazuello, que exerceram suas funções por um tempo limitado na ativa, demais caso são de PTTC, prestadores de serviços contratados temporariamente, selecionados de acordo com as vagas disponíveis, através da seleção curricular.

Por fim, o prognóstico político para a Eleição Presidencial de 2022 será bem disputada, visto a polarização de opiniões entre esquerda progressista e direita conservadora estarem cada vez mais provocativa, o que confere o monitoramento desse desafio futuro para as Forças Armadas, em especial ao Exército Brasileiro, a fim de garantir a defesa da própria ordem democrática, “garantia dos poderes constitucionais”, e a garantia da lei e da ordem.

REFERÊNCIAS

1. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Página.
2. _____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. **Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília 10 jun.1999.
3. _____. Lei Complementar nº 117, de 2 de setembro de 2004. **Altera a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, para estabelecer novas atribuições subsidiárias**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília 3 set.2004.
4. GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2010.
5. GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011.
6. JARDIM, Jonathas da Costa. **Impactos para o Exército Brasileiro ante a guinada à direita no Brasil, pós eleições de 2018**. Rio de Janeiro: ECEME, 2019.
7. MOURA, Maurício; CORBELLINI, Juliano. **A Eleição Disruptiva: Por que Bolsonaro venceu**. 1.ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.
8. NICOLAU, Jairo. **O Brasil dobrou à direita: Uma radiografia da eleição de Bolsonaro em 2018**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
9. SABINO, Carlos A. **O processo da investigação**. Caracas: Panapo, 2002.
10. SAMPIERI, Roberto Hernández; COLLADO, Carlos Fernández; LUCIO, Pilar Baptista. **Metodologia da Investigação**. 6.ed. México, D.F: McGraw-Hill, 2014.
11. SEMINÁRIO DE PESQUISA EM CIÊNCIAS HUMANAS, XI., 2016, Londrina. **"Movimento Brasil Livre" e "Vem pra Rua" [...]**. Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2016. 7 p. Tema: MOVIMENTOS ULTRALIBERAIS NO BRASIL. Autor: Diego Batista Rodrigues de Oliveira.

12. YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim**. Porto Alegre: Penso, 2016.
13. AMARAL JÚNIOR, José Levi Melo do. **Análise do fundamento jurídico do emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem**. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/176558/000848746.pdf?sequence=3&isAllowed=y/>>. Acesso em: 25 jun. 2021.
14. ANDREASSA, Luiz. **O que é polarização e por que é prejudicial à democracia?** Disponível em: <https://www.politize.com.br/o-que-e-polarizacao/?https://www.politize.com.br/&gclid=Cj0KCQiA-aGCBhCwARIsAHDI5x_-1SQTQ9h3XbxLgM-sn2z8hGIZ8oqmOxaaIW2Pj3G850mJuZnr18aAk2LEALw_wcB>. Acessado em: 24 mar. 2021.
15. BRAGON, Ranier. **Autor de atentado a Bolsonaro foi filiado ao PSOL e divulgou ida a escola de tiro**. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/09/suspeito-de-esfaquear-bolsonaro-foifiliado-ao-psol.shtml>>. Acesso em: 30 mar. 21.
16. BRASIL. Ministério Público Federal. **Entenda o caso - Caso Lava Jato**. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/entendendo-o-brasil-atual/>>. Acessado em: 24 mar. 2021.
17. CARVALHO, Edson E. **A polarização política no Brasil: as suas principais causas e consequências no posicionamento social da população brasileira**. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/politica/a-polarizacao-politica-no-brasil-as-suas-principais-causas-consequencias-posicionamento-social-populacao-brasileira.htm>>. Acessado em: 24 mar. 2021.
18. CAVALCANTI, Leonardo. Militares da ativa ocupam 2.930 cargos nos Três Poderes. **Poder 360**, 17 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.poder360.com.br/governo/militares-da-ativa-ocupam-2-930-cargos-nos-tres-poderes/>>. Acesso em: 25 jun. 2021.
19. ConJur - Ives Gandra. **O artigo 142 da Constituição brasileira**. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mai-28/ives-gandra-artigo-142-constituicao-brasileira>>. Acesso em: 25 mar. 2021.
20. GALLEGO, Esther Solano. **Entendendo o Brasil atual. Polarização, guerras culturais e antipetismo**. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/entendendo-o-brasil-atual/>>. Acessado em: 24 mar. 2021.

21. OLIVEIRA, Germano. **A facada em Bolsonaro - ISTOÉ Independente**. Disponível em: <<https://istoe.com.br/a-facada-em-bolsonaro/>>. Acesso em: 30 mar. 2021.
22. PEREIRA, Claudemir. BRASIL. **Há 8.450 militares da reserva em tribunais, comandos e ministérios. Os da ativa chegam a 2.930**. Disponível em: <<https://claudemirpereira.com.br/2020/07/brasil-ha-8-450-militares-da-reserva-em-tribunais-comandos-e-ministerios-os-da-ativa-chegam-a-2-930/>>. Acessado em: 30 mar.2021.
23. PINA, Rute. **Como surgiu o “antipetismo”, e do que ele se alimenta? - Brasil de Fato**. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/27/como-e-alimentado-o-antipetismo-e-por-que>>. Acesso em: 30 mar. 2021.
24. ROSENFELD, Denis Lerrer. **O que é lulismo - O Estado de São Paulo**. Disponível em: <<https://opinio.estado.com.br/noticias/geral,o-que-e-o-lulismo,391478>>. Acesso em: 30 mar. 2021.
25. SANTOS, Dayane. **Sem a facada, Bolsonaro não teria sido eleito, avalia Rodrigo Maia – Brasil 247**. Disponível em: < <https://www.brasil247.com/brasil/sem-a-facada-bolsonaro-nao-teria-sido-eleito-avalia-rodrigo-maia>>. Acesso em: 30 mar. 2021.
26. SANTANA, Alencar. **Os militares no governo Bolsonaro | Congresso em Foco**. Disponível em: <<https://congressoemfoco.uol.com.br/opinio/forum/os-militares-no-governo-bolsonaro/>>. Acesso em: 25 mar. 2021.
27. SHALDERS, André. **Direita ou esquerda? Análise de votações indica posição de partidos brasileiros no espectro ideológico - BBC News Brasil**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41058120>>. Acesso em: 24 mar. 2021.
28. SINGER, André. **O Lulismo e seu futuro**. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-lulismo-e-seu-futuro/>>. Acesso em: 30 mar. 2021.
29. **Vem Pra Rua**. Disponível em: <<https://www.vemprarua.net/>>. Acesso em: 26 mar. 2021.